

A DIVERSIDADE CULTURAL E A CIDADANIA INTERCULTURAL EUROPEIA

*Ernesto Candeias Martins **

RESUMO

O pluralismo e o multiculturalismo são características das sociedades democráticas modernas. O autor pretende fazer uma abordagem ao sentido da diversidade cultural e da educação intercultural. Neste contexto, um dos objectivos da interculturalidade é o de favorecer a integração dos povos e das culturas e, simultaneamente, alcançar-se uma cidadania intercultural. Contudo, é difícil termos uma conceptualização clara das propostas, dos programas e das iniciativas para essa implementação, inclusive no plano educativo. Uma das dificuldades está na complexidade da identidade cultural e no estatuto da 'cultura' como um bem primário. Haverá que criar uma consciência de inter-relação entre a pessoa e o meio e entre os diversos universos culturais, para uma autêntica convivência cultural e linguística na Europa.

ABSTRACT

Pluralism and multiculturalism are characteristics of modern democratic societies. The author intends to reflect on the meaning of cultural and intercultural diversity. One of the goals of interculturalism, is to improve the integration of people and cultures, and (simultaneously) to achieve intercultural citizenship. However, it is difficult to conceptualize clearly the proposals, the programmes and the initiatives to achieve that implementation, specially in education. One of the main difficulties is in the complexity of the cultural identity and in the meaning of culture as a primary good. A conscience of interrelationship between the human being and his / her background and among the several cultural universes must be created to achieve a truly cultural and linguistic approach in Europe.

Apreciações Prévias

A Europa, como o resto do mundo globalizado, é hoje uma realidade em que o fenómeno social da multiculturalidade, da emigração e mobilidade de indivíduos e de povos provoca profundas mudanças na convivência e nas relações pessoais. Esta nova situação justifica o questionamento de qualquer tentativa de relacionar a identidade cultural e a cidadania própria de cada Estado. A Europa é um mosaico dinâmico de povos, culturas e línguas e, tal constitui a sua história ao longo dos tempos.

Os últimos acontecimentos e conjecturas europeias levam-nos a articular algumas interrogações pertinentes.

Terá o Ocidente perdido a estima pelos seres humanos? É possível implementar uma cidadania europeia assente numa comunidade intercultural? Quais serão as condições face à diversidade cultural e linguística existente? O que é que entendemos por 'cultura', por 'pluralidade' e por 'interculturalidade' ?

Estas e outras questões serão o ponto de partida em torno do qual se situará a nossa reflexão neste ensaio.

*Professor da Escola Superior de Educação de Castelo Branco.

Na verdade, a heterogeneidade e/ou a diversidade cultural e linguística no panorama europeu agrava-se com os fluxos de emigrações e mobilidade de pessoas e povos, que geram num ambiente intercultural conflitos, atitudes de racismo e xenofobia e questionam as atitudes de tolerância e respeito para com as culturas minoritárias, bem como a discriminação étnica. A sociedade moderna enfrenta hoje a existência de grupos minoritários que reivindicam o reconhecimento da sua identidade e a aceitação das suas diferenças culturais e linguísticas.

Lembremos que, já na década de 70, as políticas culturais europeias, numa perspectiva de democratização cultural, pretenderam gerar uma '*cultura de elite*', aproximando-a das camadas sociais da população que não tinham tido acesso a ela. O respectivo incremento do consumo cultural provocou processos de difusão e investimentos públicos e privados. Posteriormente, na década de 80, uma nova perspectiva, designada por '*democracia cultural*', irá entender a '*cultura*' [1] como desenvolvimento pessoal e social. Desde esse momento o conceito de cultura une-se à história e às diferentes formas e estilos de vida dos povos e à maneira de estes se relacionarem com outros grupos e com o meio ambiente. Inicia-se, assim, uma nova cultura vital, uma cultura de vida que gera processos de criação cultural.

Na verdade, apesar da tendência para uma homogeneização cultural, na prática apostou-se na diversidade (diferenças entre pessoas, povos, culturas) e na pluralidade das culturas, de modo a originar a convivência cultural, as relações e o diálogo entre as pessoas e povos [2]. É essa diversidade cultural que provoca o 'encontro' e o 'conflito' entre as representações culturais e linguísticas.

Paralelamente a esta diversidade cultural registou-se o domínio, nas últimas décadas, do crescimento económico e tecnológico, da mobilidade social, da expansão sustentável da produção e da produtividade, do consumismo desenfreado, etc., que originou ondas de emigração, o agravamento das desigualdades sociais, a usurpação dos direitos e conflitos culturais e étnicos vários em alguns países europeus. Vivemos numa era da globalização [3], cujo globalismo intenta suplantiar a cultura e as intervenções culturais. E. Morin diagnostica uma crise de futuro, defendendo a manutenção das tradições e a promoção de uma mestiçagem cultural, já que as culturas autênticas serão as mestiças.

A cultura tem sido reflectida e analisada por políticos, empresários, intelectuais, educadores, na comunicação social e pela própria sociedade civil, aparecendo com grande relevo nos discursos e nos programas governamentais. Em termos educativos a cultura é fundamento e conteúdo. É fundamento ao condicionar e ao originar formas e acções educativas e é conteúdo ao ser transmitida e actualizada pela educação em cada nova geração de pessoas.

1.- Identidade e pluralismo cultural

Sabemos que as 'culturas' são tecidos, cuja confecção varia com o 'alfaiate'. Na realidade, a 'cultura' continua a ser objecto de reflexão e análise de todos os quadrantes da sociedade, aparecendo nos discursos e nos programas políticos da União Europeia, tal como a presença do 'molho' nas comidas das ementas. Neste caso a ementa é a comunidade europeia. Na verdade, toda a cultura se fundamenta num modo de estar no mundo e num modo de ser. Para qualquer indivíduo são as experiências que

constituem o seu pensamento sobre a realidade. Por isso, cada cultura interroga-se e responde a partir do seu próprio contexto e da sua sensibilidade, construindo um âmbito próprio de significado. Por este facto, a homogeneidade cultural leva-nos a reconhecer o valor de cada interpretação da realidade europeia e à necessidade de pluralismo, que origine uma mudança na consciência humana para entender e valorizar outras culturas.

É difícil termos um significado claro do que entendemos por pluralismo [4]. O contexto cultural do pluralismo apresenta uma série de crenças de valor que emergem com a tolerância, valorizando-se a variedade e a mudança contra a uniformidade. Contudo, o pluralismo deverá respeitar a multiplicidade cultural já existente, pois a sua função primária é a de gerar a harmonia intercultural e o consenso na resolução de conflitos, bem como assegurar os direitos das 'minorias'.

Há quem vincule o pluralismo ao 'interculturalismo', considerando este uma aproximação ao cosmopolitanismo ocidental. A realidade europeia não é igual ao '*melting pot*' americano. As distintas realidades da Europa exigem posturas diversas e responsáveis com o intuito de se construir uma Europa aberta, plural, tolerante e democrática, onde caibam todos os indivíduos e todos os povos com as suas próprias culturas e línguas.

Por outro lado, a questão da identidade cultural é complexa. Cremos que há uma apresentação errónea do conceito, da função da cultura e da própria identidade cultural, fruto da tradição liberal [5]. De facto, é com a tomada de consciência da multiculturalidade que damos lugar à pluralidade das culturas e à diversidade cultural.

O incremento do pluralismo cultural no contexto das sociedades multiculturais leva-nos a distinguir dois aspectos. O primeiro é o direito de todo o indivíduo a aceder e participar na cultura enquanto necessidade básica da vida, do seu desenvolvimento e emancipação. O outro aspecto é o direito à própria identidade cultural, que é a característica do património e herança cultural. Se o primeiro implica que sejamos iguais na diversidade, o segundo enaltece a diferença na unidade. Assim, enquanto o pluralismo trata a identidade cultural (voluntária ou involuntária) baseada no reconhecimento de valores e no respeito pelos povos e culturas, o multiculturalismo apresenta uma atitude de reconhecimento da multiplicidade de culturas, que pode não ser aplicada na prática com critérios de reciprocidade [6].

Na realidade, a pluralidade cultural na Europa, a fluidez e intensidade da comunicação constituem a interacção que proporciona as mudanças de atitudes. Estas facilitam o desenvolvimento das novas concepções, que se abrigam sob o guarda-chuva comum do interculturalismo das sociedades democráticas. É verdade que o interculturalismo representa a emergência dos novos valores, os quais, simultaneamente, geram novas necessidades e expectativas de grupos sociais. É a própria pluralidade cultural europeia que origina uma profunda reflexão nas várias ciências (filosóficas, sociais e da educação), manifestada num despertar de valores conducentes ao interculturalismo. Na emergência dos novos valores do interculturalismo necessitamos de uma 'nova educação' nas escolas e na sociedade: a educação intercultural.

Os governos e os educadores nem sempre deram atenção às diferenças humanas. As tendências da escola foram para a uniformidade, como se os alunos tivessem as mesmas características, as mesmas aptidões, as mesmas necessidades, etc. Em relação

à diversidade cultural a escola orientou-se para o monoculturalismo, negando ou esquecendo as culturas e as línguas minoritárias e colocando-se do lado da(s) cultura(s) dominante(s). Por esse motivo as populações étnicas e os emigrantes, com a sua língua materna, eram obrigados a aprender e a utilizar a língua oficial, convertendo-se lentamente em '*bilingues*', usando apenas o seu idioma no círculo familiar [7].

2.- A convivência na diversidade de culturas

A diversidade é uma referência essencial para manter a igualdade e a qualidade da educação para todos os indivíduos, de modo a proporcionar uma participação efectiva do cidadão na construção da comunidade europeia. Hoje em dia o pluralismo e o multiculturalismo são características das sociedades modernas democráticas [8].

Quando falamos de multiculturalidade [9], teremos de reconhecer os muitos conflitos subjacentes à sociedade europeia, principalmente os vinculados à imigração, à mobilidade socioprofissional e educativa, ao racismo e à xenofobia, aos problemas linguísticos das etnias, à desigualdade, à exclusão social, etc. Não vivemos numa sociedade homogénea nem igualitária. Existem diferentes culturas, línguas e povos, que não têm o reconhecimento na diversidade cultural (Glazer, 1997, Jordan, 1998). Luta-se pela justiça social (e ambiental), por um reconhecimento das culturas e dos direitos dos emigrantes, obrigando os governos nacionais e a União Europeia a elaborar políticas e estratégias que contribuam para eliminar situações estruturais e condições de domínio de uma cultura sobre outra(s). Fazer frente à desigualdade pressupõe admitir injustiça social, discriminação e desigualdade social e educativa de certos colectivos (Kymlicka, 1995, Taylor, 1992, Wiewiorka, 1997).

A ansiedade das pessoas, emigrantes de países menos desenvolvidos para os países da União Europeia, assemelha-se ao das dificuldades que tiveram os nossos emigrantes em meados do século XX na França e Alemanha. É que todas as migrações culturais têm o sonho de construir uma sociedade tolerante em que convivam as pessoas com diversidade de crenças e gostos e em que o diálogo seja o meio de solucionar os conflitos gerados. O maior desafio da convivência consiste em encontrar soluções compatíveis com as exigências de respeito pela identidade de cada indivíduo e pelas formas de vida e tradições dos povos, na base do reconhecimento dos direitos humanos (Habermas, 1995, 1996).

O ostracismo a que foi votado o ideal multicultural deveu-se à homogeneidade cultural, cujo atractivo especial era de âmbito político. A filosofia política clássica destacava-se pelo modelo da '*polis*' em que os cidadãos partilhavam a mesma língua e a mesma cultura. Este ideal de comunidade culturalmente homogénea dificultou a integração das minorias culturais e étnicas, criando situações de exclusão e genocídio ou levando à assimilação das minorias pela língua, religião, hábitos e costumes da cultura mais forte. Noutros casos, as minorias foram tratadas como residentes estrangeiros submetido a estigmas, discriminações económicas e sociais, em plena negação e violação dos direitos humanos (Kymlicka, 1995: 8-10). Também o monocentrismo cultural exerceu uma profunda sedução religiosa [10].

As migrações levam-nos a reconhecer a diversidade e a heterogeneidade cultural como um fenómeno quotidiano. O repto de uma Europa culturalmente policêntrica induz-nos a arquitectar um projecto de convivência, uma nova filosofia do encontro

de culturas, de povos e línguas. A convivência estimula uma filosofia e uma pedagogia intercultural acrescida da necessidade formal de tolerância e justiça social (Marina, 2000: 39-41). Deveremos negar as propostas civis e políticas baseadas na aceitação e compreensão de tudo, pois esse é o '*molho*' discursivo apropriado a situações de racismo, xenofobia e exclusão. Há aspectos que afectam a dignidade humana que admitem muito pouca tolerância, enquanto há outros, oriundos da convivência, que permitem margens de compreensão e respeito [11].

Neste contexto, cremos que houve a convicção dos políticos e da sociedade em geral que a vigência dos direitos humanos resolvia os conflitos originados pelas minorias étnicas europeias, prescindindo da sua pertença cultural e da convivência comunitária. A própria ONU, ao aceitar este discurso exclui a referência aos direitos das minorias na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Estamos cientes que os direitos tradicionais não resolvem hoje em dia alguns dos problemas surgidos com as minorias culturais (o uso oficial da língua, o financiamento público do ensino, a descentralização administrativa, o autogoverno, a integração em prol da coesão social, etc.) . Por exemplo, o Art.º 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem adverte que toda a pessoa tem direito à educação. Reconhecemos que há diferenças características da singularidade humana. Por isso, o monoculturalismo não é uma situação real, nem num país, nem na escola. A Europa é multicultural e cada vez mais haverá mobilidade e emigração. Para os países de acolhimento as populações emigrantes trazem a respectiva língua e a sua diversidade cultural. Daí da necessidade das escolas introduzirem programas interculturais.

Evidentemente que a riqueza entre culturas, povos e línguas só é possível se compreendermos a necessidade de modificar os nossos esquemas conceptuais e perceptivos, abrindo-nos a novos caminhos de reflexão e de experiência. Coincidimos com o prof. J. Luís Garcia Garrido (1995: 6-12) quando este afirma que o multiculturalismo reconhece a existência de uma sociedade plural e diferenciada, havendo a necessidade de actuar com respeito e inteligência para que a pluralidade não provoque conflitos. É que a multiculturalidade não nos conduz necessariamente a uma ideia de convivência plena entre os diversos grupos, povos e culturas. Por isso haverá que eliminar os estereótipos, os preconceitos que marcam certos grupos, povos e culturas (Gudykunst & Ting-Toomey, 1988: 136).

Nós, os educadores, deveremos ser capazes de transmitir que o conhecimento não é um objecto a adquirir seja de que forma for, mas uma maneira de crescer em harmonia com o meio envolvente. Acredito nas palavras de Pascal, o qual aposta numa 'fé' baseada na liberdade, solidariedade, tolerância e amor, de maneira a criar, usando a terminologia de I. Illich, uma '*convivencialidade*' responsável e partilhada entre as pessoas, as culturas e os povos.

3.- A educação intercultural e o desenvolvimento da cidadania

A interculturalidade é uma forma de pensamento actual que resulta do processo de mudança que se vive na civilização europeia (Banks, 1997; Batelaan, 1993). Apoiar-se na compreensão da realidade expressa em cada pessoa e em cada cultura. É que a realidade não tem uma existência desligada da pessoa que a observa, já que é um tecido de seres interrelacionados entre si, sofrendo influências e modificações mútuas. Por vezes, o termo 'interculturalidade' [12] confunde-se com a simples

convivência com pessoas de outras culturas, com um interesse por conhecer novas formas de pensar, de sentir, os costumes e os hábitos. Contudo, deveremos considerar a 'interculturalidade' como uma atitude, como uma maneira de conhecer e perceber a nossa própria cultura e língua dentro do complexo estrutural que designamos por mundo [13].

No contexto da sociedade educativa, quem educa é o conjunto da sociedade e não algumas das instituições que a compõem. A compreensão da identidade dos protagonistas da educação intercultural é feita pelo conjunto dos cidadãos. Efectivamente, a educação intercultural tem um interesse público, pois um dos seus conteúdos essenciais para a formação da consciência cívica e social é a construção de uma sociedade democrática, tolerante, solidária e justa. De facto, este tipo de educação enriquece a personalidade do indivíduo, propõe valores e pretende corrigir algumas desigualdades originadas na diversidade cultural. Da perspectiva pedagógica, a incorporação do discurso intercultural exige processos educativos não formais e informais.

Por outro lado, na formação básica do aluno, a educação intercultural consta como parte do currículo e como conteúdo transversal, não como área de conhecimento ou disciplina. Daí que todos os alunos sejam receptores da interculturalidade em todas as disciplinas. Na actualidade, a escola constitui o melhor espaço de convivência recíproca entre os alunos de diversas culturas, partilhando-se experiências e aprendendo a aceitarem-se. A escola e a aula são espaços propícios às relações diversificadas, nas quais se fomentam as relações de amizade e onde se geram e se superam os conflitos, onde as crianças de raízes étnicas diferentes das dominantes, emigrantes e de outras culturas são aceites nas suas diferenças.

Em todo o caso, a dimensão intercultural permite uma perspectiva integral da educação, ajustando-se à realidade dos novos povos e culturas que invadem a Europa. Neste sentido a perspectiva pedagógica do interculturalismo implica uma dupla problemática:

(a.)- As situações educativas que vivem as populações emigrantes e de outras culturas nos países de acolhimento, nos quais a educação é entendida como processo de humanização. A escola será um filtro para as 'segundas gerações' dos povos emigrantes, confirmando o baixo nível sociocultural da sua 'primeira geração', quando o sucesso escolar é determinante para a inserção social e profissional no país de acolhimento.

(b.)- Os problemas oriundos da própria identidade cultural. Os teóricos das políticas educativas e culturais consideram a identidade como uma reivindicação das particularidades culturais dos diversos povos ou colectivos. Daí que a identidade cultural constitua o vínculo de pertença que une o indivíduo a um património sociocultural e linguístico concreto. A legitimidade das diferentes culturas e povos baseia-se no reconhecimento dos seus valores culturais e das suas línguas [14].

Para a escola, a educação intercultural privilegiará as vivências de todas as crianças e jovens. Esta (con)vivência real será simultaneamente objecto e objectivo da educação. Por isso, a pedagogia centralizada no aluno e a educação intercultural harmonizam-se nas suas pretensões de formação. Na verdade, a educação intercultural não é só uma questão de conteúdos. Sabemos que o currículo oculto na escola tem um

maior impacto nos alunos que o currículo oficial. Torna-se necessário um currículo receptivo, que origine um enfoque flexível, e diferenciado em relação às diversas necessidades e motivações dos alunos. Assim, deveremos entender aquela educação como educação da comunicação e do diálogo, que proporcione o desenvolvimento do respeito e da tolerância, o reconhecimento da integração e da diversidade das culturas, e que se associe à educação para os valores e os direitos humanos.

Qualquer currículo intercultural deverá ser analisado a partir dos conteúdos de conhecimento e do sistema de comportamentos e valores que se transmitem na cultura escolar. Em todas as experiências de aprendizagem onde se misturam valores, crenças, atitudes e destrezas deveremos incorporar perspectivas multiculturais, que transformem as formas de pensar, de comportamento e de entendimento dos indivíduos e das diferentes culturas a que pertencem. Trata-se da necessidade de os indivíduos terem representada a sua cultura no currículo escolar, evitando desigualdades de oportunidades e cultivando instrumentos de intervenção no meio que os rodeia.

Educar no seio da interculturalidade e para a diversidade assenta numa concepção curricular ampla que dê aos alunos as mesmas oportunidades de se situarem dentro do currículo escolar normal [15]. O processo educativo tende a apoiar-se no equilíbrio de conteúdos e de procedimentos, dando-se mais atenção ao âmbito social e axiológico da educação. A escola constitui o espaço público de 'encontro' entre culturas e línguas, pois nela emerge uma pedagogia intercultural (Martins, Março 2001), geradora da convivência e das relações entre os alunos de diferentes culturas. Nas comunidades educativas os jovens estudantes contactam com novas informações, aprendem saberes, adquirem destrezas e valores, que os identificam como membros de uma sociedade e de uma cultura.

Em definitivo, a educação intercultural oferece-nos um novo discurso face à acomodação burocrática e enfatiza a necessidade de os actores sociais e educativos incrementarem a autonomia, de modo a tornar a pedagogia intercultural numa verdadeira prática educativa. A educação para a tolerância, para a solidariedade e para a interculturalidade fomenta atitudes de colaboração, de participação e de comunicação entre professores e alunos, professores, pais e escola. Daí que um programa de educação intercultural terá como elementos básicos: a necessidade de respeitar o outro ser humano; a negação do etnocentrismo; o desenvolvimento de capacidades, atitudes e comportamentos que potencializem a convivência e o diálogo; e a assumpção da alteridade como elemento essencial na nossa vida.

Reptos para o futuro

A construção do pluralismo cultural na Europa poderá passar por dois aspectos. O primeiro pela exaltação da tolerância, considerando esta como a disposição de conviver com o diferente, propiciador do multiculturalismo e da pluralidade de identidades. O segundo, pela 'coisificação' da identidade cultural, a qual conduzirá à consagração do etnocentrismo. É que não é possível pensarmos a identidade sem a aceitação do 'outro'. Os conflitos emigratórios que vivemos na Europa são mais de teor económico, causado pela desigualdade entre os países mais industrializados e os menos industrializados, do que ditados pelo choque de identidades.

É verdade que a emigração económica permite experiências positivas de uma cultura inclusiva. Quando pensamos que o ideal intercultural é a inclusão, encontramos na presença de indivíduos, grupos e povos excluídos pela sua condição socio-económica. Por vezes, a multiculturalidade esquece que existem direitos básicos da pessoa, mesmo quando se manifesta solidariedade em situações diversas.

O fenómeno emigratório por essa Europa fora, com os seus conflitos, é um desvendar de contradições dos povos étnicos (autodeterminação) e das insuficiências do conceito de 'cidadania'. Senão, vejamos, entre outros, três pontos de reflexão: o primeiro é que a emigração revela o lado oculto dos povos étnicos. O emigrante compreende inicialmente os critérios étnicos do Estado de acolhimento, para logo de seguida perceber a sua incompatibilidade com a cultura dominante. Dizia Habermas (1996: 25) que a sorte dos emigrantes é equivalente à possibilidade de fundar uma nação com critérios cívicos em vez de com critérios étnicos.

O segundo, assenta no fluxo emigratório, o qual atraiçoa a debilidade do conceito actual de cidadania. De facto, o emigrante é considerado um recurso humano, cujo direito à existência depende do interesse económico, do grau de rendimento e da utilidade para a produção. A globalização da economia, a mundialização da tecnologia e o aumento da mão de obra diminui a necessidade das pessoas. Por último, têm aparecido certos discursos filantrópicos que defendem a necessidade de emigrantes para manter o bem-estar dos países desenvolvidos.

De facto, é pertinente a seguinte pergunta: será possível educar as pessoas com base na interculturalidade ou multiculturalidade em que vivemos ?

O cap. III do Art.º 126 do Tratado da União Europeia (1993) insiste que a própria comunidade deverá contribuir para o desenvolvimento de uma educação de qualidade respeitando a diversidade cultural e linguística. Neste sentido difundimos que 'somos todos iguais' em direitos, mas há muitas diferenças que criam divergências e conflitos, que é necessário superar.

Muitos dos problemas actuais dos alunos e educadores derivam da crise cultural actual. Não sabemos como resolver os conflitos oriundos da convivência. O 'intercultural' na educação determina que ninguém tem o privilégio da verdade, pois somos seres humanos em inter-relação. O desenvolvimento de atitudes e comportamentos de respeito e de estima para com os outros exige o crescimento de uma compreensão integrada do 'Eu' e do 'mundo'. Por exemplo, o sentido da responsabilidade com a vida e com a sociedade não é só de índole moral, é também de índole cultural. A chave de uma educação ético-moral está na transmissão do sentido de vínculo entre todas as formas de vida.

A experiência europeia da nova 'interculturalidade' no debate cultural e dos valores produziu vários paradoxos. Entre eles, as expressões de 'pós-modernidade', 'pós-colonialismo' que implicam várias análises críticas do que designamos como 'periférico'. Na verdade, proliferaram vários conceitos que são o conteúdo dos discursos alternativos, que originaram novas práticas de exclusão e de marginalização social. As mudanças operadas no final do sé. XX e a crescente diversidade de repertórios críticos conduziram ao aparecimento de conceitos alternativos. Interrogamo-nos se há uma fenomenologia crítica que sustente tais perspectivas explicativas das desigualdades das modernizações dos países e das regiões periféricas e do não

desenvolvimento de uma consciência social crítica e ambiental que integre os assuntos problemáticos da modernidade e da globalização.

Advogamos uma reflexão que relacione a modernidade heterogénea com a procura de instrumentos que nos levem a pensar os problemas sociais, culturais e educativos, problemas públicos, de segurança e de comunicação. Tal modernidade apresenta-se como necessidade de alfabetização e de políticas culturais, sociais e educativas alternativas às actuais.

A ideia da construção da 'interculturalidade', como realidade emancipadora determina um processo de encontro e de convivência, impregnando todos os elementos da realidade humana de valores e atitudes comportamentais, de formas de vida, de comer, de falar e vestir, de sentir e amar. Este processo de emancipação da realidade 'inter'- e multicultural deverá ter uma dimensão ética de solidariedade e de aplicação dos direitos humanos, no reconhecimento de todos os seres humanos e grupos, independentemente da raça, da religião, da língua ou da cidadania, superando a diversidade cultural e as desigualdades sócio-económicas.

Por conseguinte, falar de interculturalidade é favorecer a integração, é falar de comunicação intercultural, de uma '*filosofia do encontro*' e do diálogo entre pessoas de culturas diversas, que integre processos de interacção verbais e não verbais existentes entre elas. Neste contexto, tem significado, dentro do sistema cultural, a mudança de valores e a apropriação de hábitos e costumes de outras culturas com as quais estamos em contacto.

A educação intercultural não se deverá limitar à escola, mas abrange âmbitos não escolares, como a educação social e a educação não formal e informal. Trata-se da necessidade da implementação de uma educação compensatória, de uma educação plural, na qual a escola terá a função de promover a aquisição de saberes e de educar para a cidadania e promover a ideia de que cada cultura tem uma identidade e um valor que se deverá respeitar e preservar. De facto, a escola não se restringe celebrar festividades e a promover programas ou actividades curriculares e extracurriculares (Área escola) sobre a interculturalidade.

É necessário incorporar no currículo escolar a diversidade cultural como característica da sua estrutura e dos conteúdos e objectivos de formação do aluno. Só assim se poderá favorecer o desenvolvimento da personalidade dos alunos para a convivência plural, para a tolerância e o respeito. A educação intercultural centra-se na 'pessoa do aluno', atendendo às suas necessidades, capacidades e motivações ao longo da vida, para que possa agir moral e civicamente na sociedade.

A perspectiva da diversidade, da interculturalidade e do pluralismo cultural exige novas atitudes e comportamentos nas pessoas. Por isso, no horizonte próximo das novas gerações inscrevemos uma nova sensibilidade, uma nova capacidade de compromisso, outra sociabilidade e participação cidadã, outra axiologia e tipos de discursos diferentes. Esta nova formação nas gerações dará os seus frutos para uma cidadania intercultural europeia (Etxeberria, 1994).

Educacionalmente, a atitude intercultural consiste na criação da consciência de inter-relação entre a pessoa e o meio envolvente e entre os diferentes universos culturais. Isto é, possuir uma visão integrada do mundo e aceitar o aspecto básico do

conhecimento, que é a 'relação'. Só assim poderemos aprender a pensar a partir de uma estrutura integrada pelas diversas culturas, línguas e povos.

Para tal será necessário uma filosofia e/ou teoria da educação que abranja e analise os múltiplos processos de informação nos âmbitos socioculturais, de modo a ser capaz de reabrir o debate sobre a sociedade democrática e as necessidades dos cidadãos no futuro. As novas tecnologias, incluindo as de rede, levam-nos à compreensão dos fenómenos educativos enquanto processos lineares e não lineares, abertos e descontínuos, controlados ou não controlados, livres, individuais e colectivos, que surgem da informação em mosaico. Mas haverá uma educação adaptada a estas novas exigências e mudanças, às complexidades, às desordens e ordens sucessivas nos sistemas, da inovação e do movimento ?

A emergência de um pensamento intercultural deverá conter novas formas de compreensão da realidade. Todos os problemas e conflitos em que vivemos devem-se em parte a uma certa racionalidade tecnológica e ao distanciamento da pessoa com o seu 'meio' envolvente. O papel da escola na educação das novas gerações consistirá em restabelecer a relação entre o homem e o meio. Para isso necessitamos de outros referentes para a nova visão do mundo.

Como educador e formador de futuros professores acredito que deveremos ensinar às crianças e aos jovens a aprender a olhar, a sentir e a ouvir, para que surja um conhecimento baseado na experiência e na convivência com os outros. Os educadores terão o repto de serem capazes de responder à actualidade cultural e social em que vivemos, sabendo que as mudanças se originam em novas tomadas de consciência e em novas visões da realidade, nas quais se encontram interrelacionadas pessoas e grupos de diferentes culturas e línguas.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- BANKS, J. (1997). *Educating citizens in a multicultural society*. N. York: Teachers College Press.
- BATELAAN, P. (1993). 'L' éducation interculturelle en Europe'. In A. Collot, G. Didier et B. Louescati, *La pluralité culturelle dans les systèmes éducatifs européens*. Louvaine: Centre Régional de Documentation Pédagogique.
- BECK, U. (1998). *Qué es la globalización ?* Barcelona: Paidós.
- BENNETT, C.H. (1986). *Comprehensive multicultural education. Theory and practice*. Boston: Allyn and Bacon.
- DIAS, Ester L. Rodrigues (2000). 'A diversidade na Educação na diversidade'. In Bordón, Vol. 52, n.º 3, pp. 439-446.
- ETXEBERRIA, F. (1994). *Educación intercultural*. S. Sebastian: Universidad del País Vasco.
- FRANKEL PAUL, E.; MILLER, F.D. Jr. and PAUL, J. (ed.s) (1994). *Cultural pluralism and moral knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FINKIELKRAUT, A. (1998). *La humanidad perdida*. Barcelona: Anagrama.
- GARCIA GARRIDO, J. L. (1995). 'Interculturalismo: El desafío de la educación europea'. In *Vela Mayor*, n.º 5, pp. 6-12.

- GLAZER, N. (1997). *We are all multiculturalists now*. Cambridge: Harvard Univ. Press.
- GUDYKUNST, W.B. & TING-TOOMEY, S. (1988). *Culture and interpersonal communication*. London: Sage Publ.
- HABERMAS, J. (1986). *Die neue unübersichtlichkeit*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag.
- HABERMAS, J. (1995). 'Reconciliation through the public use of reason: remarks on J. Rawls's political liberalism'. In *The Journal of Philosophy*, 92, pp. 109-131.
- HABERMAS, J. (1996). *Kampf um Anerkennung im demokratischen rechtsstaat*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag.
- HALL, S. & GAY, P. (ed.s) (1996). *Questions of cultural identity*. London: Sage Publ.
- JORDAN, J.A. (1998). *Multiculturalisme i educació*. Barcelona: Proa.
- KYMLICKA, W. (1995). *Multicultural citizenship. A liberal theory of minority rights*. Oxford: Clarendon Press.
- MARINA, J. A. (2000). *Crónicas de la ultramodernidad*. Barcelona: Anagrama.
- MARTINS, Ernesto C. (1997). 'A educação intercultural e a formação dos professores na perspectiva da Europa Unida'. *Educare/Educere*, Ano II, n.º 3 (Número especial), pp. 301-318.
- MARTINS, Ernesto C. (1998). 'Desigualdade e identidade no discurso da diversidade. A educação intercultural como uma pedagogia de baixa densidade'. (Comunicação). In *Actas do V Congresso da AEPEC - 'Globalização e Diversidade. A Escola Cultural, uma resposta'* (Évora de 9 a 11 de Setembro). Évora: Univ. de Évora (Documento Policopiado de 19 pág.).
- MARTINS, Ernesto C. (Março, 2001). 'A Pedagogia Intercultural'. *Jornal Ensino / Magazine*, Ano IV, n.º 37, p.12.
- PAREKH, B. (1994). 'Cultural diversity and liberal democracy'. In D. Beetham (ed.), *Defining and measuring democracy*, (pp. 199-221). London: Sage.
- RESCHER, N. (1993). *Pluralism. Against the demand for consensus*. Oxford: Clarendon Press.
- SARTORI, G. (2001). *La sociedad multiétnica. Pluralismo, multiculturalismo y extranjeros*. (trad. Miguel A. Ruiz de Azúa). Madrid: Ediciones Taurus.
- STOER, Stephen R. (1993). 'Educação inter/multicultural e a escola para todos'. *Correio Pedagógico*, Ano VII, n.º 73 (Março), pp. 12-13.
- TAYLOR, C. (1992). 'The politics of recognition'. In A. Gutmann (ed.), *Multiculturalism and 'the politics of recognition'*, (pp. 25-73). Princeton: Princeton University Press.
- TOHME, G. (1992). *Développement culturel et environnement*. Genève: UNESCO.
- TOURAINÉ, A. (1997). *Pourrons-nous vivre ensemble ?* Paris: Fayard.
- WIEVIORKA, M. (1997). *Une société fragmentée ? le multiculturalisme en débat*. Paris: La Découverte.
- YOUNG, I.M. (1990). *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton Univ. Press.

Notas

1 - Esta perspectiva baseia-se numa definição antropológica de cultura, tal como a propôs E. B. Tylor.

2 - No âmbito do respeito pela diversidade, referimos os objectivos do Relatório Delors, ao definir as quatro bases da educação: aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conhecer e aprender a viver juntos, isto é, aprender a ver bem.

3 - A globalização é um processo criador de vínculos e espaços sociais transnacionais, revalorizando as culturas locais e originando terceiras culturas (Beck, 1998: 27-31).

4 - A popularização do termo 'pluralismo' desvirtuou a palavra do seu significado. Identifica-se o 'pluralismo' com diversidade e com 'ser-se plural'. Podemos admitir que o pluralismo não é equivalente à noção de complexidade estrutural, mas a um tipo específico de estrutura social. Por exemplo, para G. Sartori (2001: 37 ss), o pluralismo gera uma sociedade de '*associações múltiplas*', voluntárias, abertas à afirmação e ao sentido de pertença ('sociedade multi-étnica'). Afirma aquele professor emérito da Universidade de Florença e Columbia (N. York) que '*Uma sociedade de multigrupos é pluralista se, e apenas se os grupos em questão não forem grupos tradicionais*' (Sartori, 2001: 39), pois os grupos se desenvolvem naturalmente sem qualquer imposição. Nesta perspectiva ficariam excluídos os grupos tradicionais, como as sociedades africanas, que não seriam sociedades pluralistas, mesmo na sua diversidade. O debate é tão complexo que Habermas (1986) o designa de uma '*nova inabarcabilidade*'.

5 - O neo-liberalismo enunciou o postulado da neutralidade cultural do Estado e do direito, renascido nas teses de J. Rawls e de Habermas, os quais consideram como condição '*sine qua non*' respostas democráticas às exigências do pluralismo e da universalidade dos direitos, constituindo-se a única forma de conseguir uma comunidade livre, tolerante e convivencial. Estas ideias consideram como bens primários a cultura e a educação, o que justifica o seu reconhecimento como um direito fundamental.

6 - Convém advertir que o termo 'multiculturalismo' pode coincidir com a descrição de um fenómeno social, de um modelo político ou ideológico ou com uma 'política da identidade' (Sartori, 2001: 35). Contudo, nem todo o multiculturalismo é agressivo contra a sociedade pluralista.

7 - O uso comunicativo e o uso originário da língua caracteriza-se pela formação, pelo consenso entre todos os indivíduos e instâncias sociais, sendo difíceis de interpretar nas situações do próprio discurso. N. Rescher (1993), com o seu idealismo pragmático, explica que a apologia do pluralismo e da diferença cultural reduz-se à simples atmosfera cultural em que vivem os indivíduos e os povos.

8 - Por exemplo, o pluralismo axiológico em toda a sua dimensão deverá reflectir sobre o modo como compreendemos a pluralidade, a liberdade de expressão e a convivência democrática. Uma das questões resultantes do contexto multicultural e pluralista é o de saber como superar os conflitos resultantes para conseguirmos um consenso convivencial e democrático. J. Rawls restringe o domínio da pluralidade aceitável, limitando-a ao que designa de '*pluralismo razoável*', que é susceptível de ser controlado por um mecanismo processual político. Nesta linha de consenso, como categoria central da acção e do pensamento, situa-se Habermas (1995). Lembramos que este consenso tem análises teóricas diferentes em K. Otto Apel, em Habermas e em N. Rescher.

9 - Goodenough baptizou a 'multiculturalidade' como uma experiência humana vulgar, significando nos inícios do século XX os trabalhadores do Estado (educadores, assistentes sociais, pessoal sanitário, etc.). Estas pessoas tinham contacto com as minorias e povos étnicos. Assim, a multiculturalidade implica integração urbana, sociocultural e educativa (Banks, 1997, Bennett, 1986).

10 - A Declaração do Vaticano '*Dominus Jesus*', de 5 de Setembro de 2000, condenou o pluralismo teológico, a atitude relativista para com a verdade e o eclectismo religioso. O Cardeal Ratzinger criticou o pensamento relativista considerando-o um pensamento débil.

11 - Cremos que a tolerância não pode ser um tímido substituto do conceito de justiça. Na verdade, a tolerância não se refere a convicções, mas a pessoas. Por isso o 'reconhecer' não é equivalente a formas de vida culturalmente diversas, mas sim à universalização dos direitos e do respeito pelas diferenças (Habermas, 1996: 74-75).

12 - O termo 'intercultural' significa a intencionalidade da unidade na diversidade cultural, linguística, das atitudes e comportamentos sintonizados com princípios ético-morais entre pessoas e povos de diferentes culturas. Entendemos o 'interculturalismo', por um lado como interacção, reciprocidade, intercâmbio, abertura, solidariedade efectiva, aproximação e convivência entre pessoas e povos e, por outro lado, como o reconhecimento de valores, formas de vida, costumes, representações simbólicas na mesma cultura ou entre culturas diferentes. De facto, o interculturalismo é uma inter-relação sistémica mais complexa (relações entre subsistemas), em que os sistemas culturais influem nos sistemas educativos, na medida que partilham ambos de objectivos aceites que definem estratégias para favorecer o 'interculturalismo' (Martins, 1997, 1998).

13 - O prefixo '*inter*' do termo interculturalidade não significa a passagem de uma cultura para outra, dando origem a uma cultura híbrida. Verdadeiramente o prefixo implica que a partir da própria identidade cultural, a escola e a sociedade desenvolvem uma com a outra uma aprendizagem em que os sujeitos apreciem as outras formas culturais e convivem entre si.

14 - Devemos entender a sociedade civil como a relação social complementar à acção do Estado sobre os indivíduos, possibilitando aprendizagens próprias para todos, tal como a identidade, a segurança, a sobrevivência, a solidariedade, condições de saúde e de ensino.

15 - O currículo escolar organiza-se em disciplinas. Contudo, deveria ser planificado à volta de núcleos interdisciplinares ou de projectos de trabalho de temas transversais que superassem os limites das disciplinas. Qualquer destas orientações educativas implicam diferentes concepções do currículo.